

Experi- men- tando



A DANÇA DA PEDRA MÓ: MOVIMENTO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Wilson Winter *

A necessidade de uma análise mais abrangente e crítica do movimento humano, principalmente no que diz respeito aos aspectos históricos, filosóficos e ideológicos, tem gerado eventos de excelente qualidade. Com estas características, aconteceu na Universidade Federal do Paraná, em outubro de 89, um curso de extensão universitária que contou com a presença de grandes nomes da expressão científica e cultural do cenário brasileiro. Graças à participação dos professores Vitor Marinho de Oliveira, Francisco Mauri de Carvalho Freitas, Maurício Roberto da Silva, Mário Negrão, Idelzi Massaneiro, Marco Antônio de Moraes, Vera M. Carvalho Faria e do Dr. José Angelo Gaiarsa, a proposta elaborada por alguns formandos realizou-se: uma abordagem ampla e integrada do movimento humano, que levou em consideração diversos enfoques, entre eles os aspectos psicológicos envolvidos, e sobretudo manteve-se dentro do contexto social e político brasileiro. Durante quatro dias, acadêmicos e professores de diversas áreas de estudo do movimento discutiram o problema da alienação social e política na atuação profissional, e realizaram atividades buscando soluções práticas e coerentes para esta realidade. Outra reflexão importante girou em torno das relações interpessoais, onde foram levantados questionamentos sobre os valores morais, éticos, religiosos e sociais que ainda se caracterizam pela presença de tradicionalismos antiquados e preconceitos absurdos. Foi levantada a importância de uma atualização

contínua e crítica do modo de pensar e agir que se manifesta diariamente nas relações (des)humanas; e o quanto isto define a “moderna” estrutura da organização social e política nacional... impregnada de ambição, desonestidade, inveja, injustiça e de diversos mecanismos de manipulação popular, utilizados por uma oligarquia para manter o sistema capitalista em alta.

Felizmente, os conflitos internos gerados por discussão, em eventos como este, vêm impulsionando a procura por ideais de organização e desenvolvimento para a espécie humana... que, entre todas, é a que possui a maior potencialidade para evoluir, o que depende, sobretudo, da aproximação de um equilíbrio energético e da harmonia com a natureza.

Permanece o desejo e a esperança de que novos grupos se preocupem com o destino da humanidade, e tomem como inspiração a energia e o sucesso gerados durante o redimensionamento de idéias e valores que ocorre quando as pessoas se encontram com um mesmo propósito, com a intenção de amar, viver e acelerar o processo evolutivo.

Fica registrado, com muito carinho o agradecimento às pessoas que idealizaram, organizaram e viabilizaram a realização do curso “A DANÇA DA PEDRA MÓ: MOVIMENTO, CORPO E VIDA”.

A todos um grande abraço e o nosso mais sincero muito obrigado.



* Acadêmico do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Paraná.

DANÇANDO E EDUCANDO

*Karenine Porpino ***Larissa Marques ***Poliana Sampaio **

Buscando alternativas para a aplicação metodológica da dança, desmistificando a concepção do ballet clássico como único e suficiente recurso utilizado na sua aprendizagem, tentamos transmitir às nossas alunas uma visão desta atividade corporal voltada para a educação, onde a técnica não seja um fim em si mesma, mas um dos meios que possibilitem a descoberta do próprio estilo.

Utilizamos como recursos pedagógicos o Ballet clássico associado a vivências de alongamento, relaxamento, massagens, soltura, expressão corporal e noções básicas de outros tipos de dança como : jazz, moderno e dança folclórica. Fundamentando esta prática desenvolvemos atividades teóricas como: trabalhos de pesquisa, exposições, seminários, leituras em sala de aula com posteriores discussões, possibilitando ao aluno uma valorização maior de sua prática.

Através dessas experimentações almejamos ampliar o leque de conhecimentos referentes à dança e ao próprio corpo do aluno, baseado num clima de diálogo como engrandecimento pessoal e grupal, onde o aluno é capaz de ouvir, falar e argumentar, tornando-se mais consciente do seu papel no processo de aprendizagem e podendo participar de uma forma mais ativa para uma melhor qualidade de vida.

Como fruto deste trabalho, realizamos, ao final deste ano, mais uma amostra de Ballet do Colégio Nossa Senhora das Neves, tendo como objetivo estimular nas participantes, assim como na platéia, um maior interesse, valorização e conhecimento do próprio corpo.

Empregando subsídios teóricos que nos auxiliassem na discussão do tema, em sala de aula e na transmissão dos nossos objetivos, tivemos a alegria de perceber uma maior integração entre professores/alunos na elaboração da proposta, permitindo, assim, o engrandecimento de ambas as partes, fato até então não observado em espetáculos anteriores.

Dando ênfase à utilização desses recursos teóricos, citamos aqui alguns procedimentos que tiveram bastante importância como fatores positivos na efetivação:

- pesquisa na biblioteca infantil do colégio com a escolha do livro "O maravilhoso corpo humano" (título adotado posteriormente para o espetáculo) como facilitador e leitura básica tornando-se o alicerce para o trabalho de senso-percepção e desenhos do corpo (turma menores);
- a solicitação de trabalhos referentes ao assunto, com posterior discussão em sala de aula (turma maiores);
- exposição de alguns trabalhos e desenhos em murais colocados no hall de entrada do local onde se realizou o evento.

Apesar de não fecharmos conceitos com relação a esta nova experiência, estamos disponíveis à análise de críticas que possam surgir durante o nosso trabalho, constatamos que a proposta pode ser um meio veiculador de espaços para transformação através do corpo que dança.

* Professoras da Rede Estadual e Municipal do Estado do Rio Grande do Norte.

INQUIETAÇÕES BURGUESAS DO CORPO

João Paulo Subirá Medina *

Há, de uns tempos para cá, entre nós, uma verdadeira explosão de discursos e propagandas que procuram induzir as pessoas a certas práticas corporais e a certos comportamentos em relação aos seus corpos. Se, por um lado, esta tagarelice sobre o corporal promove algumas reflexões e ações sobre esta dimensão historicamente tão esquecida e reprimida do ser humano, por outro, manifesta diferentes graus de manipulação à qual somos constantemente submetidos e que não faz muito mais do que mudar o eixo de nossas alienações, mantendo as nossas vidas (ou nossos corpos) suficientemente distantes de suas possibilidades de amplo desenvolvimento ou verdadeira humanização.

A Ideologia, que reflete as relações de poder em nossa sociedade, patrocinada por uma diretriz que busca o lucro a qualquer custo, tenta passar, entre outras coisas, uma visão simplista de que para ser feliz basta seguir algumas regras, adquirir certos bens materiais, tomar alguns cuidados e viver o aqui e o agora; sedimentando ainda mais o individualismo bem a caráter de nossa atual crise existencial. E é neste embalo que prolifera todo um arsenal de técnicas de higiene, dança, esporte, ginástica, massagem, dieta, moda, maquiagem, cirurgia etc.

Como diz o Gabeira, tudo é colocado como se fosse possível comprar um novo corpo. Basta querer e esforçar-se um pouco. As dimensões sociais, neste caso, são muito pouco consideradas. "Viver o aqui e o agora", por exemplo, pode ser um bom lema a ser perseguido, neste final de século, pelos Estados Unidos, Japão, União Soviética, Suécia, França ou Inglaterra, que, graças aos seus próprios esforços ou às custas da exploração dos países periféricos, conseguiram garantir a grande parte de suas populações, o suficiente para uma sobrevivência com menores carências materiais. Mas não pode servir de parâmetro para

o conjunto de uma sociedade como a brasileira, onde a maioria dos seus trabalhadores não consegue ganhar o correspondente a 100 dólares mensais. Para nós a realidade é outra e requer um tratamento e enfoque diferenciado.

Como sabemos todos, biologicamente, a vida humana começa no ato da concepção, e as marcas sociais já se fazem sentir desde o processo de gestação. A mãe faminta e desesperada dificuldade deixará de cravar na carne de seu filho a cruz de uma existência mais limitada. Desde o início, **o cultural conspira contra o biológico**. O corpo é apropriado pela cultura. Vai sendo cada vez mais um suporte de signos sociais. As instruções assumem seu papel. Faz-se necessária a preparação (do corpo) para o convívio em sociedade. É preciso aprender as regras sociais. Começa a divisão. Começa a educação. O corpo da criança vai sendo violado por um conjunto de regras sócio-econômicas que sufoca, domestica, oprime, reprime, "educa".

É assim que, culturalmente, se faz o nosso corpo. É como alguém já disse, **o que o corpo fala é o que o social está falando através do corpo**.

A Influência do social no pessoal é, portanto, um fator existencial pouco considerado numa sociedade individualista como a nossa, mas determinante para podermos compreender as nossas limitações e nossas possibilidades. Analisando-se o contexto brasileiro, por este prisma, creio que não fica muito difícil de se perceber que aquela criança nascida na miséria muito provavelmente não terá as mesmas condições e oportunidades da criança cujos pais assumem recursos materiais para suprir suas necessidades básicas de alimentação, moradia, instrução, assistência médica, etc.

É também preciso entender que, apesar do forte peso da ideologia dominante, o corpo-marginalizado do pobre não tem os mesmos desejos

* É professor de Educação Física e mestre em Filosofia da Educação, tendo trabalhado como Preparador Físico em diversos clubes de futebol do país e exterior. Lecionou, de 1971 a 1983, na PUC de Campinas e, em 1987, na UNICAMP. Atualmente trabalha como Assessor Técnico da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação de São Paulo. É autor dos livros *A Educação Física cuida do corpo... e mente*, 1983, com 8 edições, e *O Brasileiro e seu Corpo*, 1987, com 2 edições, ambos editados pela Editora Papirus de Campinas, São Paulo.

e interesses que tem o "corpo-burguês". Pesquisas recentes realizadas no Brasil demonstram que a **visão e sensação de corpo variam segundo o segmento social do qual se faz parte**. Neste sentido poucas variáveis perpassam as classes sociais. Temas como o orgasmo, a virgindade, o adultério, o aborto (para ficarmos na sexualidade como exemplo) não são tratados da mesma forma por todas as classes sociais; pelo contrário, cada estrato tem suas características, conforme o grau de exploração e opressão a que seus corpos estão sujeitos. Vista desta maneira, a questão da corporeidade assume uma relevância ainda pouco explorada quando se trata de entender a estrutura sócio-política-econômica brasileira.

Falando genericamente, podemos dizer que o corpo do brasileiro é um corpo violado pelas condições histórico-culturais e concretas que vivemos. Nossa sociedade não conseguiu construir as bases que garantam que todos os brasileiros possam alcançar um estado de saúde mais amplo, que seria justamente **um estado de profundo e dinâmico bem-estar físico, mental e social**. Ao contrário, ela estabelece um padrão neurótico de normalidade comportamental que provoca toda sorte de pressões e repressões que vão caracterizar as diversas camadas sociais. É estranho reconhecer que nossa visão de saúde tem algo de patológico. Isto explica, por exemplo, como muitas pessoas obesas ou gordas passam a vida inteira brigando consigo mesmas em função de pressões sociais que as obrigam a emagrecer. O gordo passa a ser, assim, aquele indivíduo que, paradoxalmente, mais passa fome. Não percebe que suas frustrações, angústias ou mesmo neuroses, são produtos de uma sociedade doente (também neurótica) e que determina estes padrões fascistas que somos obrigados a seguir.

Tais contradições também ocorrem com muitas mulheres burguesas. O tempo e o dinheiro que gastam para ficarem bonitas, magras e "gostasas" superam em muito o investimento que fazem para se perceberem melhor no mundo e tornarem-

se pessoas mais humanas, mais **críticas e autenticamente** mais úteis ao desenvolvimento da sociedade, ou seja, verdadeiramente mais saudáveis. Para estas mulheres, atingir um certo padrão estético parece ser a única meta em suas vidas. Não se dão conta de que o próprio corpo delas é tomado, muitas vezes, como uma propriedade dos homens que vão possuí-las.

Estas reflexões me fazem lembrar também um outro exemplo nesta direção, que mostra bem estes conflitos pessoais em relação aos valores que são estabelecidos culturalmente. Constantemente sou abordado por pessoas que pedem orientação sobre dieta e exercícios apropriados para emagrecer e entrar em forma. Dizem que vão iniciar um regime "para valer" na próxima segunda-feira e querem mais algumas sugestões. Para sua decepção respondo-lhe que, se pretendem iniciar seu regime na segunda-feira, talvez o melhor seja nem começá-lo. Começar um regime na segunda-feira já deixa implícito uma disposição de abandoná-lo assim que chegar o próximo fim de semana. É o que se constata. A grande maioria daqueles que possuem problemas de excesso de peso, por exageros na alimentação e carência nas atividades físicas, passa a vida toda brigando consigo mesma, sem nunca atingir seu objetivo. Pouca gente se dispõe, ao invés de um regime — quase sempre temporário, pois serve mais para aliviar o peso da consciência do que o peso da gordura — a rever a própria vida (hábitos, postura, valores, visão de mundo...) e lutar por mudá-la efetivamente num sentido mais amplo de realização, que contribua para as transformações que nossa sociedade tanto reclama.

É certo que alguns se negam a isto, face aos seus próprios **interesses de classe**, que lhes permitem privilégios que a maioria das pessoas não pode ter. Outros, por ingenuidade (ou por inclusão da ideologia dominante) não se dão conta de seu papel histórico na construção de uma sociedade melhor.

LAZER DO SESI - UMA ALTERNATIVA PARA O TRABALHADOR

O Sesi é uma das poucas instituições brasileiras que têm o lazer como um de seus campos prioritários de atuação. Desenvolve atividades de recreação, que visam diminuir os efeitos da fadiga e da tensão e estimular o espírito associativo e comunitário de sua clientela, composta pelos trabalhadores da indústria e seus dependentes.

Em 43 anos de existência, o Sesi construiu uma das principais redes de centros esportivos e recreativos do país, atuando através de mais de 500 unidades, entre centros de atividades, colônias de férias, clubes do trabalhador e unidades operacionais, onde estão instalados estádios, quadras de esportes, parques infantis, salões de festas, piscinas, auditórios e pistas de atletismo, entre outros equipamentos.

Esta sólida base física permite à instituição destacar-se na sua prestação de serviços. No ano passado, o Sesi atendeu mais de 12 milhões e 700 mil usuários em suas atividades de lazer, englobando os setores artístico/cultural, esportivo e social.

Com 400 profissionais atuando na área, o lazer esportivo destaca-se pela prática de atividades de ensino e recreativas, abrangendo programação bastante variada, nas modalidades de atletismo, basquetebol, natação, ginástica, volei, futebol de campo e

de salão, tênis de mesa, saltos ornamentais, handebol e judô, entre outras. Além disso, promove torneios e campeonatos locais, regionais e nacionais, a exemplo das olimpíadas operárias, realizadas a cada dois anos com a participação de atletas de todo o país.

Em 1988, quase seis milhões de pessoas participaram das atividades do lazer esportivo no Sesi em todo o país e, em Sergipe, essas programações atingiram 13 mil usuários.

O lazer cultural atua através do estímulo à formação de grupos teatrais, de corais e de conjuntos musicais, do incentivo à prática da dança, à frequência às bibliotecas e às escolinhas de arte. Promove, ainda, excursões, exposições de arte e festivais de música, entre outros.

Na área social, a programação de lazer do Sesi abrange a promoção de jogos de salão, gincanas, piqueniques, festas dançantes, serestas, ruas de lazer e outras atividades, inclusive aquelas relativas às comemorações cívicas e religiosas.

Ao oferecer programação de lazer diversificada e que permite a participação maciça da clientela, o Sesi busca contribuir para o bem-estar social do trabalhador, uma vez que lhe proporciona instrumentos para o seu desenvolvimento individual e integração social.

SESI



SESI



SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA
DEPARTAMENTO NACIONAL

OS PARQUES DE RECREAÇÃO DO ESTADO NOVO E A CONTRIBUIÇÃO DA CULTURA CORPORAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA

*Georgette Alonso Hortale (organizadora) **

Jorge Rangel

Renato Vargas

Sônia Câmara

Sônia Franco

I — INTRODUÇÃO

O Departamento Geral de Ação Comunitária, órgão da Secretária Municipal de Educação, foi criado pela atual gestão com o objetivo de se tornar um canal permanente de comunicação da administração com a sociedade e suas diferentes formas de organização.

Compromissado com a democratização da escola, e entendendo que esta só se dá com a efetiva integração com a comunidade, é que o Departamento Cultural se apóia no alcance de seu principal objetivo, ou seja, o da valorização das diferentes formas de expressão de vida, pensamento e ação, próprio de cada comunidade.

Está, portanto, no âmbito deste Departamento, a sistematização de dados referentes aos Parques de Recreação, através do levantamento de documentação existente, e da produção de registros que contribuam para preservação da memória da Educação Pública do Município do Rio de Janeiro.

O decreto de criação dos Parques de Recreação data da época do Estado Novo, de Getúlio Vargas, isto é, um período impregnado de um nacionalismo pragmático; de uma ideologia de inspiração fascista; de uma política centralizadora, e onde se faz sentir a necessidade de controle da ordem social nas suas mais diversas manifestações.

O estágio atual em que se encontram os Parques de Recreação demonstra um desvirtuamento dos fins precepsos para os quais foram criados. Da mesma forma que, ao considerarmos o seu decreto de criação, observamos algumas inadequações às necessidades e razões sociais que ora se impõem. Isto tudo aliado aos reais condicionantes de seu funcionamento, leva-nos a refletir sobre qual tem sido a função social desses espaços destinados à recreação nas horas de lazer.

É objetivo do trabalho analisar o discurso dos documentos levantados, contextualizando-os.

Quanto ao funcionamento, nos dias de hoje, há muito alterou-se dos objetivos de implantação, tendo modificado características essenciais — por exemplo, alguns funcionam atendendo à educação pré-escolar, outros atendem à comunidade adulta com atividades físicas.

Na medida em que uma sociedade, em determinada época, cria espaços, ou seja, institucionaliza áreas físicas, recursos materiais e humanos para a prática sistemática de atividades ditas recreativas, esta ação não está desconectada da ideologia que subjaz a este momento histórico.

Sendo assim, cabe observar os seguintes pressupostos para a sustentação teórica da pesquisa:

II — PRESSUPOSTOS E METODOLOGIA

a) A Recreação, enquanto atividade orientada, está comprometida com a concepção e os valores de educação da sociedade em que está inserida.

b) O processo educacional é um fenômeno de ação sócio-político-cultural.

Considerando: (1) que a categorização histórica compreende os processos estruturais e funcionais do objeto deste estudo; (2) que a categorização lógica compreende as correlações e interações que existem no desenvolvimento deste; (3) que na relação de ambos se inclui o elemento da contradição, é que a pesquisa estará apoiada metodologicamente na lógica dialética.

* Os professores acima integram a equipe do Departamento Cultural pertencente ao Departamento Geral de Ação Comunitária da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

III — A IDEOLOGIA DO ESTADO NOVO

A partir de dois parâmetros de desenvolvimento — urbanização e desenvolvimento industrial — redefinem-se as relações de poder dentro do Estado brasileiro.

A crise do domínio oligárquico permite que as pressões de fração industrial cresçam e, apoiadas na classe média, assegurem a preponderância da burguesia emergente.

As características que vão margear a fundamentação do “novo” Estado a se configurar são:

- um Estado forte;
- uma sociedade civil fraca.

Entende-se o surgimento do Estado Novo enquanto momento decisivo para que os setores industriais (em ascensão desde a década de 20) assegurem a sua chegada à direção do Estado, conciliando, através da identidade política, face ao bloco oligárquico, e articulando novos compromissos de classe no poder com os interesses agrários (setores agro-exportadores).

Um quadro antecedente de profundas crises econômicas, políticas, e sociais irá demarcar a inoperância e a incapacidade de qualquer dos grupos dominantes de assumir o controle do Estado em benefício próprio e, ao mesmo tempo, representar o conjunto dos interesses econômicos privados.

As lutas internas da classe dominante caracterizam a fragilidade dos “donos do poder” ante os movimentos de setores da Sociedade. O Levante Comunista de 1935; A aliança Nacional Libertadora; A Frente Negra; O Integralismo; A Revolução de 1932, evidenciavam, de forma eloquente a necessidade de uma saída rápida para a crise.

Os setores industriais, em 1937, com o Golpe de Estado, conseguem a dominação dos aparelhos ideológicos do Estado, a supremacia econômica da burguesia industrial, e moldam um novo bloco histórico. Convoca-se para exercer o ponto estratégico da manutenção da ordem e do equilíbrio, o poder moderador — as Forças Armadas.

A elite intelectual mais os setores militares operacionalizam um projeto técnico-científico para o controle social e o domínio da burocracia estatal, com a criação da Escola Superior de Guerra, do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda que era responsável pela censura aos meios de comunicação e veiculador da propaganda do governo), do DASP (Departamento de Administração e Serviço Público), órgão centralizador e também fiscalizador e fortificador do poder federal, através de suas repartições estaduais, e da criação dos órgãos empresariais: Conselho Nacional de Indústria e Conselho Nacional de Comércio. Os primeiros como

viabilizadores da Ideologia da capacidade física e intelectual e os segundos como asseguradores da Ideologia do progresso. Este era o pensamento autoritário brasileiro e a nova Idéia de Nação.

O autoritarismo do Estado Novo se utiliza de mecanismos vários para a manipulação da classe trabalhadora. A Interferência de Vargas na regulamentação da acumulação de capital aparece com a criação do salário mínimo (que não comporta os “ganhos” do trabalhador na produtividade, e onde itens como saúde e educação não são computados na base de cálculos).

Os sindicatos, agora únicos por categoria profissional, e alvo de controle e subordinação política, passam a ter função assistencial e recreativa somente.

Observa-se nas plataformas da Aliança Liberal e do Ministério do Trabalho:

“(…) A plataforma da Aliança Liberal falava em dispositivos tutelares”, citando entre eles: a instrução, a educação, a higiene, a alimentação, a habitação, a proteção às mulheres, às crianças, à invalidez e à velhice; o crédito, o salário, e **recreação**. O discurso de posse de Lindolfo Collor no Ministério do Trabalho põe toda a ênfase na assistência — salários dignos e remuneradores, a proteção indispensável a todo o esforço humano, a regularização do trabalho de mulheres, de adultos e menores, os seguros, sociais, as aposentadorias, as casas higiênicas e baratas, as escolas, os **recreios**”. (Rowland, citado por Lima, 1979, p. 46)

É ainda do Ministro do Trabalho a justificativa:

“As leis há pouco decretadas, reconhecendo as organizações sindicais, tiveram em vista, principalmente, seu aspecto jurídico para que, em vez de atuarem como força negativa, hostis ao poder público, se tornassem, na vida social, elemento proveitoso de cooperação no mecanismo dirigente do Estado”. (Rowland, citado por Lima, 1979, p. 46)

Cabe aqui uma observação quanto ao “alvo de interesse privilegiado” em relação à Educação Física no Estado Novo, que foi a classe trabalhadora, embora não seja objeto direto desta pesquisa, mas sim indireto, na medida em que os parques de recreação atendem aos filhos desta classe.

É do major Inácio de Freitas Rolim, então diretor da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, o trecho da conferência sobre a função da Educação Física para as classes trabalhistas:

“Restabelecer convenientemente a compen-

sação do desgaste das forças, mediante a prática dos exercícios adequados, constitui a missão da educação física nos estabelecimentos fabris”. (...) Assim, nesses países cujas atividades desportivas têm sido objeto de nossa aprecação, milhares de estádios de natureza diversa foram organizados e todas as grandes empresas são obrigadas a possuir a aparelhagem completa. Na ambição de ter campos desportivos próprios e de incrementar por todos os meios a prática dos desportos entre seus auxiliares, reside o salutar estímulo para a obtenção do título de empresa-modelo, concedido anualmente por ocasião das comemorações do Dia do Trabalho”. (Rolim, citado por Lima, 1979, p. 51 e 52)

É o controle do tempo livre do trabalhador, no afã da recomposição de energia para ser recolocada novamente à disposição da produção. Entretanto, não basta controlar o trabalhador, mas o filho deste também, o “menor trabalhador”. Utilizando-se do espaço físico dos parques de recreação (referido na citação a seguir como parques infantis), é criado o Clube do Menor Operário, como demonstra a conferência do Dr. Nicanor Miranda, chefe da Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura de São Paulo de então:

“(…) Não serão os adolescentes operários, os homens de amanhã, que bem ou mal integrados na sociedade constituirão a massa trabalhadora da Nação? Por que não integrá-los bem, proporcionando-lhes quanto antes, os meios e os recursos para que venham a ser os profissionais aptos, cidadãos nobres e dignos das suas funções na coletividade?

(…) Os parques infantis funcionam das 7,30 às 18,00 horas. A essa hora encerram-se os trabalhos referentes às crianças e as 18,30 inicia-se o Serviço do Clube de Menores que vai até às 22,30.

Todos os sócios ao serem registrados recebem uma caderneta de identificação. A ficha de registro acusa, entre outros dados, nacionalidade, profissão e salário dos pais, salário e profissão dos menores”. (Miranda, citado por Lima, 1979, p. 59)

IV — A EDUCAÇÃO NACIONALISTA DO ESTADO NOVO

Uma ideologia nacionalista era forjada, escamoteando os mais significativos e reais interesses no processo histórico do Estado Novo — os inte-

resses privados. Não havia intervenção nas atividades das empresas estrangeiras instaladas aqui, e a dependência à política externa não mudava o quadro de país colonizado, suscetível às pressões político-econômicas.

E é na Educação que a ideologia nacionalista encontra um campo fértil para a sua proliferação.

Tragtenberg (1981) faz citações da Enciclopédia Integralista, em alguns trechos aqui apresentados, de seu artigo sobre a Proposta Integralista:

“A Ação Integralista Brasileira situa-se, antes de mais nada, como um formidável “aparinho ideológico”. Publicara ela, entre 1932 e 1937, 8 jornais diários, 5 revistas e 90 semanários em todo país”. (p. 99)

“Partindo de Boécio, a doutrina integralista postula ser o homem (...)” um ser racional, criado à imagem e semelhança de Deus, seu criador, com direitos e deveres inerentes e decorrentes de sua racionalidade e da sua finalidade. O objetivo principal do homem é, portanto, a realização plena de sua personalidade, segundo sua natureza e destino. (p. 97)

“Todos os autores da Enciclopédia Integralista são unânimes em definir que “o conceito de educação decorrente da filosofia integralista e dos seus critérios interpretativos dos valores humanos, sociais e nacionais”. (p. 98)

As raízes ideológicas do nacionalismo pragmático, como se observa, já estavam plantadas pelo Integralismo, e a propaganda anticomunista ganha força, como mostra o depoimento de Getúlio Vargas, em relação à contribuição da Educação:

“(…) não sendo uma simples fornecedora de noções técnicas, mas um instrumento de integração da infância e da juventude na Pátria una e nos interesses sociais que lhes são incorporados, a educação da mocidade, nos preceitos básicos estabelecidos pelo novo Estado, será um elemento não só eficaz, como até decisivo na luta contra o comunismo e outras ideologias que pretendam contrariar e subverter o ideal de nacionalidade e as contrariar e subverter o ideal de nacionalidade e as nossas inspirações cívicas, segundo as quais a juventude, agora mais do que nunca, será formada...” (Vargas, citado por Castellani Filho, 1988, p. 84)

Como resultado de uma política educacional voltada para uma sociedade capitalista industrial, a ênfase à valorização do ensino profissionalizante, pela “neutralidade” da técnica, esvazia o conteúdo

social desta educação. Isto representa uma manutenção dos valores vigentes pela classe dominante, onde o conteúdo social é deteriorado pela forma "fria" e, aparentemente, neutra do tecnicismo. Aqui conteúdo e forma não interagem, mas a forma, sim, impõe ao primeiro uma alteração de natureza substancial, fazendo com que a neutralidade seja, na realidade, a permissão e a possibilidade concreta de uma conservação de valores.

Dentro desta concepção de educação do Estado Novo, a Educação Física não poderia ser diferente. A disciplina moral e o adestramento físico foram o marco conceitual.

De acordo com Lima (1979), a Educação Física integra pela primeira vez, em 1937, a Constituição Brasileira, como parte de uma política de "Educação Nacional":

Art. 131:

"A Educação Física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhum de qualquer desses graus ser autorizado sem que satisfaça aquela exigência". (Almeida e Barreto, citado por Lima, 1979, p. 37 e 38)

Art. 132:

"O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a **disciplina moral** e o **adestramento físico**, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a **economia** e a **defesa da Nação**". (Almeida e Barreto, citado por Lima, 1979, p. 38)

É a Educação Física sendo utilizada como instrumento de engajamento dos jovens às inspirações fascistas, através da sua obrigatoriedade, juntamente com o civismo e os trabalhos manuais.

Corpos sadios e aptos para desempenhar funções na sociedade; economicamente produtivos; adestrados como força de trabalho, e politicamente obedientes e ordeiros. É o corpo sendo capturado por uma política de cultura corporal que ciente da miscigenação, prega a formação do "Homem Brasileiro" numa tentativa de homogeneização.

É ainda do major Rolim, por ocasião de seu pronunciamento na conferência anteriormente referida sobre a Educação Física e a temática trabalhista:

"(...) Euclides da Cunha, pensador e estilista notável, honra da cultura nacional, caracterizou o nosso homem na sua realidade mais

expressiva, dizendo: surgem heróis, mas a estatura avulta-lhe, maior, pelo contraste com o meio; belas páginas vibrantes evidenciam a ação das **três raças formadoras**.

(...) **A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social**. (Rolim, citado por Lima, 1979, p. 49)

"(...) A **máquina humana, pobre por herança**, sofre todo o desgaste do meio, sem que uma alimentação compensadora e o **trabalho físico de caráter higiênico** possam reconduzi-la às condições que lhe impõe a luta pela vida." (Rolim, citado por Lima, 1979, p. 50 e 51)

Numa concepção higienista da prática da atividade física, e eugenista de raça, o discurso sobre esse "Homem Brasileiro" a ser forjado, vai às raízes do absurdo, em matéria de genética:

"A Educação Física é um **poderoso elemento de eugenia** e fornece os elementos susceptíveis de desenvolver e aperfeiçoar as qualidades **físicas e morais** do indivíduo, por um lado **provocando** a força, a resistência, a destreza, a saúde, e equilíbrio das grandes funções orgânicas, a beleza das formas e a harmonia das proporções, por outro lado proporcionando a audácia, o sangue frio, a tenacidade, a acuidade de iniciativa, a solidariedade e o **espírito de disciplina**, em suma a **têmpera de caráter**, qualidades essas necessárias para o sucesso na vida, para o êxito de qualquer empreendimento". (Loyolla, citado Lima, 1979, p. 15)

"A NOVA EDUCAÇÃO FÍSICA deverá formar um homem típico que tenha as seguintes características: de talhe mais delgado que cheio, gracioso de musculatura, flexível, de olhos claros, pele sã, ágil, desperto, erecto, dócil, entusiasta, alegre, viril, imaginoso, senhor de si mesmo, sincero, honesto, **puro de atos e de pensamentos**, dotado com o senso de honra e de justiça, participando no companheirismo dos seus semelhantes, e levando o amor da Providência e dos homens no seu coração". (Fisher, citado por Lima, 1979, p. 16)

Fundada em 1939, a Escola de Educação Física, então, Escola Nacional de Educação Física e Desportos, tem seu corpo docente fornecido pela Escola de Educação Física do Exército, tendo sido clara a sua função como ficou evidenciado neste discurso:

"Esta Escola nasceu do desejo de se dar ao Brasil o **homem** de que precisa, para a exploração de suas riquezas, para garantia

de seu patrimônio material e moral e, sobretudo para a **integridade de sua soberania**. (...) A Nação, um dia, forte, feliz e soberana inscreverá no pórtico deste instituto o seu reconhecimento a quem, criando o **Estado Nacional**, cuidou de modo tão acertado e de maneira tão racional, da **pujança física da raça**(...) O que hoje vimos aqui é uma combinação daquela providente política de **segurança nacional**, pelo preparo adequado do homem, de que se tornou pioneiro entre nós o Exército"...(Rollim, citado por Lima 1979, p. 41 e 42).

V — OS PARQUES DE RECREAÇÃO DO ESTADO NOVO

Criada pela Lei 378, de 13 de janeiro de 1937, a Divisão de Educação Física propõe ao governo federal "Planos de Ação" junto aos estados e municípios, segundo Leite (citado por Lima, 1979, p. 40 e 41). Nestes planos encontravam-se os Parques de Recreio, também chamados Parques Infantis.

"Outas instituições foram criadas como a Comissão Nacional de Desportos (Decreto-Lei nº 1056 de 19/01/39); o Congresso Nacional de Desportos (Decreto-Lei nº 3199, de 14/04/41-out. 1); a criação de inúmeros centros de recuperação e parques infantis, associações, clubes, Inspetorias (...); a criação da "Juventude Brasileira" (Decreto-lei nº 2072, de 08/03/40), cujo papel importante é confiado à Educação Física, que "terá por objetivo não somente fortalecer a saúde das crianças e dos jovens, tornando-os resistentes a **qualquer espécie de invasão mórbida (...)**" e, quanto a formação moral (que é o pressuposto básico da Educação Física) "visará a elevação espiritual da personalidade, para o que buscará incutir nas crianças e nos jovens a confiança no próximo esforço, o **hábito da disciplina**"... (Lima, 1979, p. 42).

Criados em 29 de outubro de 1939, pelo Decreto-lei nº 6.316, os Parques Infantis subordinam-se ao Departamento de Educação da S.G.E.C. (Distrito Federal), segundo Lima, (1979, p. 89), tendo como finalidades:

- dirigir e orientar crianças da localidade e escolas em seu tempo livre;
- desenvolver "hábitos sadios de vida física e recreativa";
- desviar da rua, da "marginalidade", crianças sem amparo.

Nos documentos até agora encontrados, consta que o Parque Alina de Brito, doado pelo Exército Nacional, e anexo à Escola Rosa da Fonseca, na Vila Militar, foi "o primeiro que se construiu no Distrito Federal obedecendo a regras pedagógicas e orientação moderna..." (Documento sobre a Escola Rosa da Fonseca, RJ, s.d., p. 105), embora esteja citado como "campo de jogos". É de Lima (1979) a classificação como parque infantil, e que ora utilizar-se-á para ser fiel à caracterização: "o parque infantil tem um sentido mais amplo. Reúne atividade intelectual, atividade artística, e atividade física. Os horários são **estabelecidos**, programados, para tais atividades." (Lima, 1979, p. 88)

Constam do Documento sobre a Escola Rosa da Fonseca alguns trechos esclarecedores da ideologia que permeava a Educação e a Educação Física naquele período (os grifos são nossos):

"Avante, corpo docente da Escola Rosa da Fonseca, continuar a vossa tarefa honrosa, formando em vosso pequenino quartel, batalhões unidos, denodados, prontos a se reunirem ao primeiro toque de clarim para as avançadas conquistas do saber, visando sempre a defesa e o engrandecimento do nosso muito amado Brasil..." (p. 14)

Em relação à merenda escolar (que era oferecida no parque):

"Os pequenos que com as primeiras letras recebem o **alimento do corpo que lhe vem do exército**, começam desde cedo a estimar as forças vigilantes da nacionalidade e a compreender melhor a formação do soldado que as simboliza". (p.8)

"Foi instituída também, oficialmente, e de maneira notável, a merenda gratuita para 300 **crianças pobres**, solução que foi inicial e básica, para o fácil desempenho de todos os restantes itens desse **plano de remodelação material, moral e intelectual**."(p. 14)

"Não seria admissível que o objetivo dos campos de jogos fosse apenas o de proporcionar recreio à criança. Algo de mais importante é visado pela sua organização: estabelecer uma perfeita solidariedade entre a vida intelectual e a vida física da criança. Educar, brincando, é a orientação da escola nova." (p, 108)

Observe-se ainda este depoimento:

"Os parques infantis são, em última análise, uma obra de **assistência social** e de **educação popular**. Não é possível, pois, separar a sua missão daquela que lhes cabe como

elemento formador de um Estado que deve ser, pelo nosso julgar, **essencialmente democrático**.

Prover os meios necessários para que os homens das novas gerações sejam **dotados de aptidões para exercer funções vivas da coletividade: estimular a formação de uma consciência nacional; lutar pela realização dos ideais de uma verdadeira solidariedade humana; ter sempre presente ao espírito a obediência, princípios racionáveis de justiça social, esses são os objetivos mediatos de uma educação popular** que vise à **supremacia da verdade e da liberdade**.

Mas sem a preparação da criança tudo será simples utopia. Por isso **acostumemos a criança a ler; à norma objetiva e social para que ela cumpra voluntária e livremente com nobre e humana disciplina**. Não a submetamos a arbitrariedades, a ordens absurdas e pessoais por bem intencionadas que sejam, porque então não lhe deixaremos abertos senão dois caminhos, igualmente penosos e prejudiciais ao seu normal **desenvolvimento ético e social**: o da rebeldia ou da obediência cega inerte, no fundo deprimente e vil (Barros)" (Miranda, citado por Lima, 1979, p. 91 e 92).

Como conclusão, fica evidenciado que a concepção ideológica dos parques de recreação demonstra uma visão eugenista de raça, higienista de corpo físico, e disciplinador do corpo social. Como contribuição à construção da cultura corporal da nossa sociedade, os parques de recreação foram concebidos e constituem, até hoje, espaços de controle social, onde os valores estéticos de classe economicamente dominante ditam o corpo que lhe convém.

Como considerações, entende-se que o trabalho está no seu começo, e que deve ser ampliado onde existam parques de recreação.

VII — BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, Francisco et alii. **História da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: ao Livro Técnico, 1985.
- CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas: Papirus, 1988.
- CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista - categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA. **Linhas gerais de ação**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Educação, 1989.
- LIMA, Magali Alonso de. **Formas arquiteturas esportivas no Estado Novo (1937-1945): suas implicações na plástica de corpos e espíritos**. Rio de Janeiro: Funarte 1979.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Plano de ação**. Rio de Janeiro: Autor, 1989.
- TRAGTENBERG, Maurício. **Educação e política: a proposta integralista**. *Revista Educação e Sociedade*. São Paulo: Cortez Editora, 1981, 8, 97-109.

